



Universidade Federal  
de Campina Grande

Centro de Formação de Professores  
Unidade Acadêmica de Educação  
Campus de Cajazeiras - PB



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE PEDAGOGIA**

**ANA ALICE FERREIRA DA SILVA**

**PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
POR PEDAGOGOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB**

**CAJAZEIRAS – PB  
2017**

**ANA ALICE FERREIRA DA SILVA**

**PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL  
POR PEDAGOGOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB**

Trabalho de Conclusão de Curso - TCC apresentado à banca examinadora do Curso de Pedagogia da Unidade Acadêmica de Educação do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande Campus de Cajazeiras - PB, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

**Orientadora.** Profa. Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares.

**CAJAZEIRAS – PB  
2017**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764  
Cajazeiras - Paraíba

S586p Silva, Ana Alice Ferreira da.  
Preconceito étnico-racial na educação infantil por pedagogos em São José de Piranhas - PB / Ana Alice Ferreira da Silva. - Cajazeiras, 2017.  
60f.: il.  
Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares.  
Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

1. Preconceito étnico racial. 2. Educação infantil. 3. Racismo - combate. 4. Formação de professores. I. Soares, Luisa de Marillac Ramos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

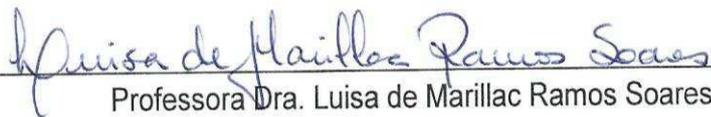
CDU - 316.647.8:373.2

ANA ALICE FERREIRA DA SILVA

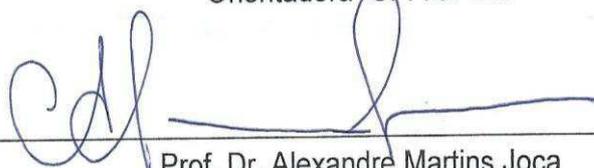
PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL POR  
PEDAGOGOS EM SÃO JOSÉ DE PIRANHAS - PB

Aprovada em 30 / 08 / 2017 Nota: 10,0

Banca Examinadora



Professora Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares  
Orientadora- CFP/UFMG



Prof. Dr. Alexandre Martins Joca  
CFP/UFMG



Prof. Me. Danilo de Sousa Cezário  
CFP/UFMG

Cajazeiras PB  
2017

*Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar. [...]*

(Nelson Mandela)

*Dedico este trabalho a Deus,  
Albanir, Wágner e Sofia.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da minha vida e por permitir e me encorajar em todos os meus passos, mantendo-me firme de corpo e alma, embora muitas vezes os dois caminhassem em sentidos opostos. E em cada dificuldade que surgia a minha fé em ti Senhor, sussurrava: calma, eu estou contigo! E eu me fortalecia e seguia confiante.

A minha mãe agradeço tudo que de bom há em mim, e que tenho fé que ainda poderei ser. A senhora mãe, minha primeira e mais dedicada professora, com você, partilho essa conquista, inspiro-me na tua garra e força como professora que fostes e como ser humano que és. A senhora é o meu maior exemplo, mulher de fibra e fé, educadora nata e mãe por excelência, como é difícil ser uma mãe como tu és.

À minha família e a do meu esposo, que sempre estiveram ao meu lado confiantes em mim, embora houvesse momentos em que eu mesma, desacreditei de mim.

A minha filha amada, Sofia, razão da minha vida, motivo de querer ser melhor, como ser humano e profissionalmente, para que comigo aprendas que o mais importante na vida é o amor que é dado e o que é recebido e mesmo quando não correspondido, ainda carrega consigo o nome de amor. Agradeço por me esperar todas as noites e só dormir quando eu chegasse da Universidade. Seus carinhos e as demonstrações de amor por mim são o meu mais valioso presente.

Ao meu esposo, pela paciência, encorajamento e amor a mim ofertados em toda nossa caminhada, agradeço por me apoiar incondicionalmente, orgulhar-se de mim e principalmente por me aceitar como eu sou. O seu amor inspira-me a amar-te ainda mais, que Deus nos guarde sempre.

Agradeço a todos os meus professores que me regaram ao longo da minha vida escolar, a colheita é de todos vocês, desde a minha educação infantil até aqui na Universidade. E mesmo os que por ventura não foram os professores que se esperava que fossem, ainda assim me ensinaram como não agir como futura professora/pedagoga.

A minha orientadora que acreditou em mim, me deu sua mão, seu tempo, suas experiências e caminhamos juntas por dias e meses. Sua força foi o meu reforço positivo, era meu remédio para o cansaço, inquietações e descobertas. A realização desse trabalho tem o olhar dessa orientadora corajosa, que acredita e trabalha por uma educação melhor e que coerentemente defende o seu falar em igualdade com o seu agir, com um objetivo de um mundo melhor por meio da educação.

A banca examinadora: Agradeço aos professores, Dr. Alexandre Martins Joca, Dra. Risomar Santos e Me. Danilo Cesário. Vocês fizeram parte da minha formação. Os dois primeiros foram meus mestres da UFCG, e o professor Danilo eu fui monitora. Ao professor Joca, agradeço a minha sensibilidade despertada pela Arte e Educação, tão intimamente ligadas, mas infelizmente, tão comumente esquecidas. Com você eu aprendi a enxergar mais do que os meus olhos podiam ver. Facetas essas da arte e da educação, disciplina divisora de águas, para mim.

A professora Dra Risomar, professora de minha mais profunda estima. Seus ensinamentos, pensamentos e até os silêncios “chiquerérrrimos” me inspiraram, sua aula descontraída, sua pedagogia genuinamente freiriana, ou melhor, genuinamente “risomariana”, me fez mais autônoma, o mundo necessita mais de pessoas verdadeiras e firmes em seus ideais e princípios, como a senhora. Sua vida, sua luta, são exemplos de uma mulher guerreira para além de seu tempo. A disciplina Educação Cultura e Diversidade é uma disciplina, que para mim, é a sua cara, mas se fosse a cara do Brasil o país seria outro.

Ao Me. Danilo Cesário, pela confiança e respeito enquanto sua monitora sou muito orgulhosa em ser sua conterrânea. Obrigada por tudo e que Deus permaneça a te abençoar.

Aos meus colegas das turmas de PEDAGOGIA 2011.2 e PEDAGOGIA 2012.2 com vocês os obstáculos foram superados com união, desunião, choros e risos. Juntos, fomos mais fortes e a vitória é saborosa.

Por fim, agradeço aos sujeitos da pesquisa, as quatro professoras/pedagogas, que de forma voluntária e entusiasmada participaram

da nossa pesquisa colaborando com o desenvolvimento científico. A participação de vocês foi fundamental para conhecer sua realidade e alcançar os nossos objetivos, muito obrigada por tudo, serei sempre grata por terem participado da minha pesquisa.

## RESUMO

Este trabalho trata sobre o preconceito étnico-racial na Educação Infantil, objetivando verificar como as professoras/pedagogas que atuam na educação infantil na cidade de São José de Piranhas compreendem o preconceito étnico-racial; identificar as práticas pedagógicas adotadas pelo professor/pedagogo para trabalhar o preconceito étnico-racial na Educação Infantil e conhecer elementos formativos adquiridos pelos professores para trabalhar com o tema étnico-racial na educação infantil. Para embasar nossos conhecimentos estudamos textos dos autores: Bento; Dias; Feitosa; Rosemberg; Trindad (2012); Ribeiro; Santos; Teles (2010) entre outros; foi utilizado também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Participaram da pesquisa quatro professoras/pedagogas da educação infantil da rede municipal de ensino da cidade de São José de Piranhas – PB. Como recursos metodológicos, utilizamos a técnica da associação-livre de palavras (TALP), o questionário sociodemográfico e a entrevista semiestruturada. Analisamos os dados através da análise de conteúdo. Verificamos que das 24 palavras evocadas, 20 se localizaram na dimensão ética, indicadas como primeiro lugar as palavras: *racismo*, *intolerância* e *preconceito*. Duas na dimensão política, uma destacada como mais importante: *negro*; Uma na dimensão cognitiva e uma na dimensão afetiva, porém, sem indicação de importância nestas dimensões. Isto nos indica que para as professoras/pedagogas preconceito étnico-racial, se localiza entre a falta de princípios, respeito, valores e regras da nossa sociedade e que para trabalhar com a diversidade étnico-racial, em especial na educação infantil, exige-se que este profissional assuma um compromisso ético e político. Diante disto acreditamos que enquanto os Cursos de Pedagogia não incluírem em seu currículo a discussão sobre preconceito e a diversidade étnico-racial na Educação Infantil, outras estratégias pedagógicas devem se fazer presentes na prática cotidiana.

**Palavras-chave:** Preconceito Étnico-racial. Formação de Professores. Educação Infantil.

## ABSTRACT

This work deals with ethnic-racial prejudice in Early Childhood Education, aiming at verifying how the teachers / educators who work in early childhood education in the city of São José de Piranhas understand ethnic-racial prejudice; to identify the pedagogical practices adopted by the teacher / pedagogue to work on ethnic-racial prejudice in Early Childhood Education and to know the formative elements acquired by teachers to work with the ethnic-racial theme in early childhood education. In order to base our knowledge, we study authors' texts: Bento; Days; Feitosa; Rosemberg; Trindad (2012); Ribeiro; Santos; Teles (2010) among others; the National Curricular Guidelines for the Education of Ethnic-Racial Relations and for the Teaching of Afro-Brazilian and African History and Culture were also used. Four teachers / pedagogues of the children's education of the municipal school network of the city of São José de Piranhas - PB participated in the research. As methodological resources, we used the technique of free association of words (TALP), the sociodemographic questionnaire and the semi-structured interview. We analyze the data through content analysis. We verified that of the 24 evoked words, 20 were located in the ethical dimension, indicated as first place the words: racism, intolerance and prejudice. Two in the political dimension, one highlighted as most important: black; One in the cognitive dimension and one in the affective dimension, however, with no indication of importance in these dimensions. This indicates that for ethnic / racial prejudice teachers are among the lack of principles, respect, values and rules of our society, and that in order to work with ethnic-racial diversity, especially in early childhood education, that this professional takes on an ethical and political commitment. In view of this we believe that while the Pedagogy Courses do not include in their curriculum the discussion about prejudice and ethnic-racial diversity in Early Childhood Education, other pedagogical strategies must be present in everyday practice.

**Keywords:** Ethnic-racial prejudice. Teacher training. Child education.

## **LISTAS DE SIGLAS**

**COBESC** – Colóquio Brasileiro Educação Na Sociedade Contemporânea

**DCNEI** – Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil

**GT** – Grupo de Trabalho

**LDB** – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

**MEC** – Ministério da Educação

**PNPI** – Plano Nacional Pela Primeira Infância

**PNQEI** – Plano Nacional de Qualidade para a Educação Infantil

**TALP** – Teste de Associação Livre de Palavras

**TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

## LISTA DE QUADROS

QUADRO O1 – Estrutura da compreensão sobre preconceito étnico-racial elaborado por professoras/pedagogas da cidade de São José de Piranhas – PB .....	33
---	----

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1- EDUCAÇÃO INFANTIL, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL .....	19
1.1 Educação Infantil: breve contextualização .....	19
1.2 Formação de professores .....	22
1.3 Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil .....	26
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	30
2.1 Perfil sociodemográfico das entrevistadas .....	32
2.2 Preconceito étnico-racial é.....	32
2.3 Preconceito étnico-racial na Educação Infantil: a entrevista.....	39
CONSIDERAÇÕES.....	51
REFERÊNCIAS .....	55
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	57
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO .....	58
APÊNDICE C - TESTE DE ASSOCIAÇÃO LIVRE DE PALAVRAS - TALP.....	59
APÊNDICE D - ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	60

## INTRODUÇÃO

Desenvolver uma discussão sobre a temática étnico-racial na Educação Infantil não é uma tarefa fácil, pois implica que abordemos situações de discriminação e preconceito vivenciadas, constantemente, por crianças de diferentes faixas etárias, e que nem sempre se torna um assunto debatido na escola, tanto por sua própria complexidade, quanto por sermos ainda um país que se identifica com a cultura branca.

Embora nos deparemos com situações de discriminação e preconceito frequentes, mesmo que veladamente, por crianças de todas as faixas etárias, os que fazem a escola não se sentem preparados para tratar o assunto, tanto devido à dificuldade de trabalhar esse tema, quanto a falta de formação adequada do professorado.

Para expandir os nossos conhecimentos estudamos textos dos autores: Bento; Dias; Feitosa; Rosemberg; Trindad (2012); Ribeiro; Santos; Teles (2010) entre outros; foi utilizado também as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004).

Na Educação Infantil as crianças são submetidas, desde cedo, à compreensão de que as experiências vivenciadas sejam elas agradáveis ou não, favorecerão o processo de reconhecimento identitário da sua etnia e, de certo modo, contribuirão com atitudes de confiança e de solidariedade. Mas se estas mesmas forem vivenciadas de forma negativa poderão fazer com que a própria criança rejeite seu grupo por perceber que será tratada de forma diferente das demais. Essa compreensão e essa discussão são necessárias para que a criança estruture sua identidade, pautada na igualdade de oportunidades e no respeito entre as pessoas.

Mas para que o professor tenha possibilidades de utilizar práticas pedagógicas que auxiliem na construção e identidade racial das crianças negras é necessário que ele tenha, enquanto aluno dos cursos de formação de professores para Educação Infantil, desenvolvido aprendizagens, conhecimentos culturais ou científicos sobre diversidade étnico-racial, ou,

embora não tenham estudado no curso de formação ele apresente de alguma forma discernimento sobre a temática em foco.

De acordo com Feitosa (2012) o que se vê representado na mídia, nos livros didáticos, nas literaturas infantis, nos desenhos animados, e nas práticas escolares aplicadas até os dias de hoje contribuem para exclusão das crianças negras do ambiente escolar. O descaso e a falta de conhecimento sobre os negros e sua cultura fazem com que haja uma primazia da cultura europeia, deturpando a imagem do negro ou construindo-a negativamente.

No entanto, caberá ao educador dar a sua parcela de contribuição em sala de aula, proporcionando um espaço que valorize a socialização entre as crianças na Educação Infantil, tornando as diferenças existentes um elo que valorize suas histórias de vida e que seja visto como um enriquecimento a mais para a aprendizagem das crianças sejam elas de qualquer etnia. Para que não somente o negro se aceite e tenha orgulho de si e de sua história, mas para que os alunos brancos também valorizem e conheçam a história e a cultura afro-brasileira.

Sabemos que não é fácil trabalhar com esta temática, como já dito, porque quando a criança ingressa na escola já traz consigo a construção da identidade a partir da convivência familiar e se esta for preconceituosa, mesmo que seja uma família de etnia negra, a própria criança demonstrará um comportamento aversivo aos colegas da mesma etnia. Por não existir um reconhecimento, a criança negra não se vê representada socialmente.

Santos (2010) fala da falta de materiais para o professor trabalhar a cultura negra na Educação Infantil, a literatura infantil em âmbito mundial quase não tem muitos personagens negros. Impedindo dessa forma que os alunos negros se vejam representados nas historinhas contadas em sala de aula, fortalecendo a negação de si mesmo. Pois, a falta de informações sobre a história afro-brasileira e sua cultura, contribui para que os negros não se aceitem e fortaleçam o sentimento de superioridade dos brancos. Embora reconheçamos que essa realidade está mudando uma vez que vemos principalmente na Educação Infantil inovações com relação a materiais da literatura infantil e desenhos animados que vem trazendo de forma positiva os negros.

Leituras e estudos na temática “preconceito racial na Educação Infantil” nos ajudaram a perceber o quanto a criança negra do nosso país sofre discriminações no ambiente escolar. Pesquisadores como Gomes (2009) e Feitosa (2012) apontam dados que comprovam que as crianças negras não têm nem a oportunidade de serem representadas socialmente. Para Feitosa (2012) as práticas escolares contribuem para a “[...] estigmatização e exclusão da criança negra na escola [...]”. De acordo com a referida autora, faz-se necessário pesquisar sobre esta criança e este ambiente escolar,

[...] que constatamente o exclui, não o representa, não respeita, nem valoriza suas origens, enfim, que junto da sociedade muitas vezes o submete ao fracasso e a falta de oportunidade, que começa na educação infantil e se arrasta até o ensino superior com os poucos que conseguem chegar lá (FEITOSA, 2012, p.5).

A escola, portanto, reflete, segundo a autora, a sociedade capitalista em que vivemos, fundada numa cultura excludente e única, que desconhece a diversidade ou a ignora e um exemplo disso é a falta de representações negras no ambiente escolar, na mídia, na política, entre outras.

Podemos ressaltar a necessidade de uma maior discussão e compreensão da temática racial na Educação Infantil nos cursos de formação de professores, problematizando a formação docente para as relações étnico-raciais, sejam elas a formação inicial ou continuada. Depois da modificação da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), lei 9.394/96 pela lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade do estudo da “História e Cultura Afro-Brasileira”, instituiu a todos que tenham formação no assunto ou não, a ensinar os conteúdos referentes à história e cultura africana e afrobrasileira na formação do povo brasileiro.

A nossa experiência pessoal e acadêmica também colaborou com a escolha da temática: *preconceito racial na Educação Infantil*. Pois, na infância, presenciei alguns fatos marcantes que hoje considero preconceito e discriminação étnico-racial. A exemplo disso vi e ouvi uma vizinha se dirigir a uma criança de 9 anos de idade com a seguinte expressão: “Você é uma menina boa se não fosse a corzinha preta”. Na época lembro-me que todos

fizeram silêncio e riram, mas dentro de mim, não aceitei o fato da cor dela interferir na sua conduta ou a diminuir. Outra experiência vivenciada também na infância era quando me envolvia em brigas minhas colegas sempre diziam: “Essa negra!”, eu me irritava e as xingava também.

Após a entrada no Curso de Pedagogia, na Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Cajazeiras, duas disciplinas, em especial, me ajudaram nessa escolha: Fundamentos e Metodologia da Educação Infantil, na qual, juntamente com três colegas, produzimos um artigo sobre preconceito racial na Educação Infantil, apresentado no IV Colóquio Brasileiro Educação Na Sociedade Contemporânea (COBESC), no GT Formação de Professores e Educação para a Diversidade; e a disciplina Educação, Cultura e Diversidade. Esta última tratou de diversidade étnico-racial mais diretamente, porém ainda não a considerei suficiente para nossa formação profissional.

Frente ao exposto, nossa pesquisa teve como público alvo, quatro professoras, formadas em Pedagogia, que atuam na Educação Infantil na rede municipal, na cidade de São José de Piranhas – PB, cujos objetivos foram: Verificar como os pedagogos que atuam na Educação Infantil na cidade de São José de Piranhas compreendem o preconceito étnico-racial; identificar as práticas pedagógicas adotadas pelo professor para trabalhar o preconceito étnico-racial na Educação Infantil; Conhecer os elementos formativos adquiridos pelos professores para trabalhar com o étnico-racial na Educação Infantil.

Para atender aos objetivos utilizamos três instrumentos para coleta de dados: Questionário sociodemográfico (Apêndice B), Teste de Associação Livre de Palavras – TALP (Apêndice C) e a Entrevista semiestruturadas (Apêndice D). Para a aplicação destes instrumentos, pedimos autorização à direção da escola através do Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). A análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo proposto por Bauer (2010).

Após o aceite, aplicamos o questionário sociodemográfico (Apêndice B), contendo 13 questões, com objetivo de conhecer as participantes no que se refere à idade, sexo, estado civil, religião, formação acadêmica, vínculo trabalhista, tempo de atuação no magistério, tempo de atuação na Educação

Infantil, renda salarial, e a profissão/ocupação desejada caso não fosse professora. O Teste de Associação Livre de Palavras – TALP serviu para subsidiar a entrevista semiestruturada e consistiu em solicitar as participantes que escrevessem seis palavras que lhe vinham à mente após ouvir a expressão “*preconceito étnico-racial*”, e logo após sugerimos que as enumerassem por ordem crescente de importância, e em seguida justificasse a que recebeu o número 1, que é a que elas julgaram mais relevante.

Logo após aplicamos a entrevista semiestruturada, composta de oito questões, que permitiu que a entrevistada respondesse as perguntas dentro de sua concepção a cerca do tema abordado. Para preservar a identidade das entrevistadas e da escola sugerimos que criassem um pseudônimo.

Para tanto, este trabalho está estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, intitulado “Educação Infantil, a Formação de Professores e a Diversidade étnico-Racial”, tratamos inicialmente da Educação Infantil primeira etapa da educação básica, que tem como objetivo o desenvolvimento integral das crianças até os 5 anos de idade. Levantamos questionamentos sobre as possíveis deficiências na formação dos pedagogos durante seus cursos, no que diz respeito à abordagem e estudos sobre o preconceito étnico-racial. Trabalhamos a falta da temática, diversidade étnico-racial, nos currículos escolares da Educação Infantil, a qual é omitida em nosso país, corroborando a cultura eurocêntrica, que embora saibamos e convivamos com a diversidade apenas uma é aceita e impera em detrimento das outras.

No segundo capítulo, abordamos o procedimento, análise e discussão dos dados, detalhando características do trabalho, tais como os instrumentos utilizados para coleta e a técnica de análise, também foram expostos os resultados encontrados na investigação com as inferências e discussões teóricas destes dados.

Por fim, as Considerações finais, em que concluímos nosso estudo com a orientação de que há a necessidade de despertar uma nova compreensão dos professores/pedagogos atuantes na Educação Infantil, alertando-os para a utilização de práticas pedagógicas que auxiliem na construção da identidade racial das crianças negras. Reconhecendo que, para tanto, é necessário que eles tenham, enquanto estudantes dos cursos de formação de professores

para Educação Infantil, desenvolvido aprendizagens, conhecimentos culturais ou científicos sobre diversidade étnico-racial, ou, que embora não tenha estudado no Curso de graduação, tenham adquirido em cursos de formação continuada, ou mesmo que possam reivindicar junto aos órgãos públicos responsáveis, a oferta destes cursos.

## **CAPÍTULO I**

### **EDUCAÇÃO INFANTIL, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIVERSIDADE ÉTNICO-RACIAL**

#### **1.1 Educação Infantil: breve contextualização**

A Educação Infantil primeira etapa da educação básica, nível da educação em que se encontra o pilar estrutural de todo o processo educacional, tem como propósito segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, (LDB), Lei 9.394/96 assegurar “[...] o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”. (BRASIL, 1996)

É, portanto, a etapa de iniciação a educação sistematizada a qual é oferecida em instituições educacionais próprias, com objetivo de promover o desenvolvimento das crianças na sua integralidade, de forma a complementar a educação familiar. Essa etapa da Educação Básica é ofertada em creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade; e em pré-escolas, para crianças entre 4 e 5 anos de idade. Segundo a LDB, (1996) devem-se obedecer as regras de avaliá-las conforme o acompanhamento e desenvolvimento das crianças, sem o propósito de promovê-las, ainda que seja para ingresso no Ensino Fundamental. Trata-se de um direito de todas as crianças na faixa etária entre 0 a 5 anos de idade, assegurado constitucionalmente, com a responsabilidade da sua formação, observando na práxis pedagógica a indissociabilidade do educar e cuidar.

Nesse sentido, uma das preocupações atuais para a Educação Infantil, assim como com a educação de um modo geral, é sobre a qualidade da oferta. Na busca por uma qualidade, o Ministério da Educação (MEC) lança no ano de 2006 os Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil (PNQEI) (BRASIL, 2006). São referenciais que devem ser utilizadas pelos sistemas educacionais, por creches, pré-escolas e centros de Educação Infantil. E tem como propósito promover:

[...] a igualdade de oportunidades educacionais e que levem em conta diferenças, diversidades e desigualdades de nosso imenso território e das muitas culturas nele presentes (BRASIL, 2006, p. 3).

Para isto, o Plano Nacional Pela Primeira Infância (PPNI) (BRASIL, 2010), aponta a necessidade de investimentos nessa etapa da educação básica, afirmando que:

A educação é o mais poderoso instrumento de formação humana e fator decisivo no desenvolvimento social e econômico. Dela depende o progresso nas ciências, a inovação tecnológica, a invenção do futuro. Mas ela é, também, a condição indispensável para a realização do ser humano. É considerada *básica* aquela educação que toda pessoa precisa ter para integrar-se na dinâmica da sociedade atual e realizar seu potencial humano (BRASIL, 2010, P.38).

O PNPI nos traz dados importantes sobre o crescimento dos investimentos e recursos financeiros destinados à primeira etapa da educação básica:

A criança é atendida no contexto dos programas globais, mas precisa, também, de programas específicos como grupo etário, em função de suas necessidades de crescimento e desenvolvimento. Entre 2006 e 2009, dobrou o investimento em programas de atenção à criança e ao adolescente. Nesse período, os recursos do Orçamento passaram de R\$ 28,9 bilhões para 56,6 bilhões. No entanto, a primeira infância ainda ocupa um fragmento inexpressivo: dos programas, apenas um é voltado diretamente à primeira infância e dois a incluem em seu escopo (Fundeb e Salário Educação). O primeiro representa apenas 0,079% do total (BRASIL, 2010, p.20).

Infelizmente os dados do PPNI revelam que embora os investimentos, nessa etapa da educação, tenham crescido entre os anos de 2006 e 2009, ainda são inferiores aos destinados ao Ensino Fundamental e Médio. Estes dados nos fazem perceber que, embora sendo considerada a primeira etapa da Educação Básica, não se dá os créditos necessários à Educação Infantil como fundamental para o desenvolvimento do ser humano. A falta de recursos financeiros, profissionais e materiais marcam historicamente a sua trajetória e a do seu público.

A Educação Infantil até recentemente tinha a função apenas assistencialista, ou seja, eram contratadas pessoas, na maioria mulheres, para dar assistência às crianças, apenas para cuidar delas. Depois de estudos e debates sobre a infância promovidos pelos movimentos sociais e pesquisadores da área, as crianças ganharam direitos, um deles, como foi mencionado anteriormente, receberem cuidados e educação adequadas a sua idade.

No entanto, uma Educação Infantil que aborde questões como a diversidade racial é ainda um assunto novo, visto que a própria LDB não faz menção ao estudo de conteúdos básicos sobre esses valores e atitudes, nesta etapa de ensino. Assim, deixa de lado a primordial discussão sobre temas cotidianos corroborando com o sistema capitalista que é o ensino de disciplinas de cunho comportamental e cognitivo, omitindo o estudo e debates sobre valores essenciais a vida em sociedade como, por exemplo, a diversidade étnico-racial, objeto deste trabalho.

Embora a LDB não faça referência a uma proposta pedagógica voltada para a diversidade, as Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Infantil, (DCNEI) (BRASIL, 2010), que são normas obrigatórias, objetivando uma proposta pedagógica curricular embasada na diversidade, lembra que para que se efetivem seus objetivos, tal proposta, deve prever condições para o trabalho coletivo, organização de materiais, espaços e tempo que assegure, entre outros pontos: “A apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América” (BRASIL, 2010, p.20).

Essas diretrizes buscam, portanto a promoção da equidade entre os alunos, o respeito às diferentes etnias, orientando as escolas a formularem uma proposta pedagógica norteada pelo respeito às diferenças. Não obstante, constatamos ainda ser a Educação Infantil uma etapa educacional na qual poucos profissionais valorizam as DCNEI, mantendo alguns professores com pouca qualificação ou com uma formação Universitária carente de revisões e reformulações. Surgindo à indagação: como os Cursos de Pedagogia estão preparando os professores para lidarem com questões étnicas, das diferenças e de valores na Educação Infantil?

## 1.2 Formação de Professores

Barbara Beatty (1989), ao analisar a escolha para o ofício de professor da Educação Infantil, conclui que,

[...] 'essa ideologia da vocação espiritual e emocional e o acesso relativamente aberto à educação infantil como ocupação teve resultados tanto negativos quanto positivos. (...) De um lado fez com que a educação infantil fosse uma ocupação atraente para muitas mulheres (...) por causa de sua informalidade e o apelo de poder se expressar e ser paga para cuidar. E com nenhum, ou quase nenhum treinamento específico, um número significativo de mulheres tornaram-se professores de educação infantil simplesmente em virtude de seu sexo e o amor devotado às crianças associados ao gênero feminino.' (1989, apud ROSEMBERG, 2012, p. 16).

A falta de profissionalização e formação de alguns profissionais que atuam na Educação Infantil reflete na postura dos cidadãos que estamos formando, uma vez que, o fazemos para o exercício da cidadania e para atender a um dos seus objetivos da Educação Infantil que é o desenvolvimento integral das crianças. Esse objetivo é impedido de ser alcançado completamente se a diversidade não fizer parte do currículo das escolas e das Universidades. Sendo assim, se os pedagogos não estudaram esse tema nos cursos de graduação, como poderão de fato, trabalhar a diversidade em suas salas de aula? Essa omissão de discussão das diferenças nos espaços educativos é um problema real das nossas salas de aulas e infelizmente passa a ser uma realidade que pouco vem sendo modificada.

A desvalorização dos profissionais da Educação Infantil em especial das creches, etapa que não é obrigatória segundo a LDB, porém é assegurada pela Constituição de 1988, deixa esse impasse. A Constituição garante o direito das crianças às creches, porém a LDB não expressa como obrigatória a sua oferta. Essa situação contribui para ingressar na Educação Infantil e nas creches, pessoas com apenas o nível médio Normal, sem conhecimentos teóricos e práticos suficientes sobre o desenvolvimento das crianças nessa faixa etária, comprometendo dessa forma a qualidade do seu ensino e aprendizagem.

Dias (2012), Libâneo (2001), Tardif e Raymond (2000), e outros estudiosos, debatem acerca da constituição e construção da identidade docente. Defendem que não é possível falar em formação de professores sem falar em identidade profissional, tendo como ponto de partida a sua formação inicial, no que diz respeito aos conhecimentos científicos adquiridos na graduação e ao longo do exercício da profissão.

De acordo com estes estudiosos, a construção da identidade docente ultrapassa a aquisição de conhecimentos teóricos, abrangendo também ações individuais e coletivas sobre a sua formação e sua prática. Nessa perspectiva, Tardif e Raymond afirmam:

Em várias outras ocupações e é o caso do magistério, a aprendizagem do trabalho passa por uma escolarização mais ou menos longa cuja função é fornecer aos futuros trabalhadores conhecimentos teóricos e técnicos preparatórios para o trabalho. Mas, mesmo assim, raramente acontece que essa formação teórica não tenha de ser completada com uma formação prática, isto é, com uma experiência direta do trabalho, experiência essa de duração variável e graças à qual o trabalhador se familiariza com seu ambiente e assimila progressivamente os saberes necessários à realização de suas tarefas (TARDIF; RAYMOND, 2000, p.210).

A formação de professores requer estudos e conhecimentos teóricos, que necessitam da prática, pois a teoria e a prática são indissociáveis nesse processo formativo. Um exemplo é o estágio supervisionado, no qual os alunos dos cursos de licenciatura têm a oportunidade de identificar, por intermédio do estágio, se estão na profissão desejada. Tornando possível, por meio desta experiência, relacionar teoria e prática na busca de identificar-se, ou não, profissionalmente como professor, sendo um dos momentos ímpares dos cursos.

Na mesma perspectiva de Tardif e Raymond, (2000) sobre a experiência direta com o trabalho de professor, no objetivo de identificar-se com o mesmo, Gomes enfatiza essa oportunidade oferecida no estágio dizendo:

Apresentamos o estágio como uma atividade de aproximação com o campo profissional, por tratar-se de uma forma de inserção no mundo do trabalho e na área específica de atuação, de possibilidade de conexão entre a teoria estudada e a prática observada nas

instituições que acolhem as estagiárias, configurando-se, assim, como um passo importante na construção das identidades profissionais (GOMES, 2009, p.67).

O período de estágio além de associar prática e teoria, como também à aprendizagem da docência e o entendimento do ensino a partir das vivências que o estagiário se identifica, transforma em competências profissionais, conforme o tenha vivenciado dentro da sala de aula. Sendo assim, o estágio é o eixo norteador dos cursos de licenciatura, que propicia ao discente, de forma intencional, a possibilidade de envolvimento e reflexão sobre a prática com a relação de saberes construídos na formação acadêmica.

Assim, segundo Gomes, as instituições de ensino superior exercem:

[...] papel importante na formação desses profissionais, ao identificar a representação social que fazem da profissão e ao criar condições para uma reflexão contínua acerca da qualidade de seu trabalho e do tipo de profissional que está sendo formado (GOMES, 2009, p.79).

Libâneo, (2001), destaca a importância de professores bem preparados, com comprometimento ético, que se envolvam com o projeto educacional da escola, e para que isso se efetive, depende da identidade profissional. Ele deve refletir repetidamente sobre sua prática pedagógica e sobre a sua identidade docente.

Após os estudos sobre a temática percebemos que a profissão de professor se destaca entre as demais profissões por estar diretamente ligada com a formação de pessoas para o viver em sociedade. Por ser um trabalho desenvolvido na concepção da formação humana, configura uma especificação maior com o auto-reconhecimento, a identificação com a sua ação e na relação com o outro, a fim de uma compreensão e significação dos valores atribuídos à tarefa de ensinar.

Existe um elemento de grande importância no conceito de educação que Libâneo traz a esse respeito:

A educação é, assim, uma prática humana, uma prática social, que modifica os seres humanos nos seus estados físicos, mentais,

espirituais, culturais, que dá uma configuração à nossa existência humana individual e grupal (LIBÂNEO, 2001, p. 7).

A educação por meio dos processos formativos, que configura o objetivo dos estudos da Pedagogia, deve criar técnicas, saberes e valores que propiciem uma formação de professores na construção da sua identidade docente, e que esta reflita na sua prática pedagógica, como mediadora do conhecimento, capaz de transformar seres humanos e, conseqüentemente, a si mesmo. Logo, a profissão é um processo inacabado, contínuo, que exige do profissional identificação, especialização e interação entre as pessoas. As experiências novas, os conhecimentos adquiridos e as transformações necessárias contribuem na construção da identidade docente, fundamental na constituição do sujeito.

Desse modo, Libâneo (2001) direciona a estas transformações atuais a necessidade dos professores, em especial do pedagogo, de alcançar as mudanças necessárias para enfrentamento das exigências desse mundo contemporâneo. Estes profissionais têm a necessidade de se adaptar a esse novo mundo, em que a educação não pode contribuir para a exclusão de um determinado grupo, aderindo aos processos formativos novos, como meio de qualificação e valorização profissional para o atendimento às demandas da nossa sociedade, que é uma sociedade plural e diversificada.

A Pedagogia como uma ciência da educação não pode restringir-se apenas a ensinar algo aos outros ou mediar conhecimentos, ela vai além, é a teoria e a prática educativa, ela estuda os problemas educativos, os processos, métodos e modos de ensinar. Sendo assim, para ensinar, é preciso formação inicial e continuada, é necessário identificar-se profissionalmente como professor e como vimos isso é um processo contínuo. A aprendizagem não é finita, sempre se pode aprender mais e ter a humildade de buscar aquilo que não sabe para melhorar, não somente no que diz respeito à sua formação, mas a formação dos outros.

### 1.3 Diversidade Étnico-Racial na Educação Infantil

Abordar a temática diversidade étnico-racial deveria ser um assunto frequente no nosso país devido à variedade de etnias que compõem a nossa nação e por sermos ricos em diversidade cultural, biológica e étnica. Mesmo antes do descobrimento do Brasil os índios já habitavam o nosso território, chegaram os portugueses que colonizaram o nosso país e depois trouxeram os negros, mesmo contra a vontade deles e de forma desumana, vindos da África, para acrescentar e enriquecer nossa nação. Somos, portanto a mistura de vários povos: indígenas, africanos e dos imigrantes europeus.

Embora a diversidade seja à base do nosso país, o preconceito também o é, e o assunto diversidade necessita de mais estudos e reflexões, uma vez que se somos etnicamente diversos, por que aceitar que nos imponham a supremacia branca? Somente eles detêm beleza? Por que uma única cultura impera, e permanece a nos inculcar que pessoas negras são: feias, sujas ou ladras.

Enfim, é construída uma identidade negativa dos negros, vários são os fatores que contribuem para o preconceito e a intolerância à diversidade étnica nessa cultura que historicamente construiu de forma negativa a imagem do negro. Este problema ainda existe nos dias atuais, em toda a nossa sociedade e se estende no campo educativo, nos espaços escolares. E se inicia na Educação Infantil conforme diz Trinidad,

Especificamente em relação à educação infantil, pesquisas realizadas por Rosenberg (1991) revelam que, quando se comparavam as faixas etárias, notava-se que as crianças brancas de 5 e 6 anos eram enviadas mais precocemente para o extinto primeiro grau; as crianças pobres e negras de 7 a 9 anos eram mais frequentemente retidas no ensino pré-escolar, notadamente as residentes nas regiões Norte e Nordeste. Os resultados apontavam, ainda, que um número maior de crianças negras entre 5 e 9 anos estava fora da escola, quando comparado ao das brancas: respectivamente 36,2 % e 26,4 % (TRINIDAD, 2012, p.123).

Esta pesquisa também revela que crianças pertencentes ao grupo étnico-racial negro, são minorias nas escolas e que nem sempre se aceitam

como parte desse grupo, porque ser negro traz consigo uma história de preconceitos, de descaso e de tratamentos desumanos.

Trabalhar a diversidade étnico-racial na Educação Infantil é essencial, pois esse primeiro contato com a educação institucionalizada proporciona o contato com outros pares, permitindo a convivência com outras crianças que não apenas seus familiares. Para Trinidad,

Se a criança é o centro do planejamento curricular isso significa que ela deve ser considerada como ser social que possui uma história, pertence a um grupo étnico-racial, a uma classe social, estabelece e constrói relações em consonância com seu contexto de origem (TRINIDAD, 2012, p.122).

A autora nos alerta para o tratamento da criança como um ser social que deve ser levada em consideração em seus aspectos culturais, raciais e sociais, construindo uma relação de respeito. Logo, a diversidade deve ser trabalhada na Educação Infantil, uma vez que é lá que se revelam as primeiras formas de discriminação.

Entre as políticas públicas criadas para esclarecer, disponibilizar conhecimentos e reparar danos ocasionados pela discriminação racial foi criada a Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, que garantem obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira, determinando uma mudança no artigo 26A da LDB.

Desta forma, considerando a criança como ser social que é, logo na primeira infância, surge exigências quanto à formação do professor para a diversidade étnico-racial, é o que aponta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, criadas pelo MEC (Ministério da Educação), com o objetivo de instituir e implementar medidas e ações com o intuito de reparar injustiças nos sistemas educacionais do nosso país, valorizando a diversidade étnico-racial. (BRASIL, 2003)

Acreditamos que essas diretrizes buscam a construção de pedagogias de combate ao racismo e a discriminação, uma vez que são:

[...] elaboradas com o objetivo de educação das relações étnico/raciais positivas têm como objetivo fortalecer entre os negros e despertar entre os brancos a consciência negra. Entre os negros, poderão oferecer conhecimentos e segurança para orgulharem-se da sua origem africana; para os brancos, poderão permitir que identifiquem as influências, a contribuição, a participação e a importância da história e da cultura dos negros no seu jeito de ser, viver, de se relacionar com as outras pessoas, notadamente as negras (BRASIL, 2003, p.16).

As DCNEI reafirmam o reconhecimento da importância da diversidade, no currículo educacional, pois é preciso que as escolas: “Possibilitem vivências éticas e estéticas com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade” (BRASIL, 2010, p.26).

Dias (2012), faz um alerta sobre trabalhar essa temática na Educação Infantil:

O interesse por essa etapa da educação básica se deve ao fato de que, apesar de ter extrema importância no desenvolvimento do ser humano, não tem sido, até o momento, o foco principal das pesquisas que tratam da diversidade étnico-racial e educação no Brasil. Somente no final da década de 1990 é que surgiram alguns trabalhos de pesquisa abrangendo essa etapa, mas ainda são poucos e não deram conta de abranger todas as dimensões das muitas variáveis presentes nesse contexto (DIAS, 2012, p.662).

Assim, entendemos que a diversidade étnico-racial precisa ser alvo de pesquisas e estudos tendo em vista a base histórica com âmbito mundial de propagação de uma única raça, a branca, e os mais diversos casos de preconceitos raciais encontrados em todos os âmbitos da nossa sociedade.

Nessa linha de pensamento Dias ao se referir a uma professora da Educação Infantil do Estado de Mato Grosso do Sul, participante de sua pesquisa de doutorado, cujo objetivo era a inclusão de práticas pedagógicas que tratassem da diversidade étnico-racial, afirma que:

Trabalhar com a diversidade étnico-racial, especialmente na educação infantil, exige, sim, que o professor assuma um compromisso ético e político. Apesar de haver nas propostas oficiais recomendações para que as instituições ofereçam esse tipo de conhecimento, sabemos que incluí-lo nas práticas pedagógicas é romper com a lógica da reprodução do racismo institucional, o que

nos mostra que a professora, ao trazer a 'coragem' como um princípio importante, sentiu-se desafiada e questionada na produção de sua prática (DIAS, 2012, p.665).

Interessante que nesta citação a pesquisadora como membro de Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, fala da necessidade dos professores trabalharem a diversidade étnico-racial na Educação Infantil, na perspectiva da coragem. Realmente, não é uma tarefa simples, mas além da coragem, exige formação no assunto, muitas vezes escassas para incitar reflexões sociais sobre preconceito e racismo.

Contudo, embora já exista uma legislação própria que torne obrigatório o ensino da cultura africana e afrodescendente nos espaços educativos, isso não ocorreu ao longo da história e contribuiu para que a reprodução de comportamentos racistas ou preconceitos existentes nesses espaços fossem tidos como "normais", "brincadeiras" ou mesmo expressões comuns da língua portuguesa cotidiana, assim, entendemos que para se trabalhar na Educação Infantil, deve-se ter formação adequada, compromisso ético e político e coragem para assumir os enfrentamentos cotidianos.

## **CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS**

Na cidade de São José de Piranhas – PB existem seis professoras/pedagogas atuantes na Educação Infantil na rede pública municipal. Destas seis, quatro com graduação em Pedagogia aceitaram participar desta pesquisa. Escolhemos trabalhar com professoras formadas em Pedagogia, por dois motivos: primeiro por se tratar do profissional que teoricamente está autorizado para trabalhar com crianças na primeira infância e o segundo por atendermos a um dos objetivos específicos desta pesquisa Conhecer os elementos formativos adquiridos pelos professores para trabalhar com o preconceito étnico-racial na Educação Infantil, especificamente no Curso de Pedagogia ou nos cursos de formação continuada.

Utilizamos três instrumentos para coleta de dados que contemplariam os nossos objetivos, são estes:

- Questionário sociodemográfico;
- Teste de Associação Livre de Palavras – TALP;
- Entrevista semiestruturadas.

Para a aplicação destes instrumentos, conversamos com a direção da escola e pedimos autorização para falarmos com as professoras que assinaram o Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A). Acordamos que a identidade da escola e das professoras seriam preservadas. Após o aceite, aplicamos o questionário sociodemográfico (Apêndice B), contendo 13 questões, com objetivo de conhecer as participantes no que se refere à idade, sexo, estado civil, religião, formação acadêmica, vínculo trabalhista, tempo de atuação no magistério e na Educação Infantil, renda salarial, e a qual a profissão/ocupação desejada caso não fosse professora. Para resguardar a identidade das participantes solicitamos que elas criassem um pseudônimo.

Em seguida aplicamos o Teste de Associação Livre de Palavras – TALP (Apêndice C), que segundo Bardin (1977 apud OLIVEIRA et al, 2005), é um teste projetivo originado na Psicologia Clínica que ajuda os entrevistados, de forma espontânea, a trazer à mente o que lhe diz respeito sobre o objeto que lhe foi estimulado. Para os citados autores,

Diversos estudiosos apropriam-se do teste de evocação utilizando-o como técnica de coleta de dados em pesquisas científicas. Essa aplicação em pesquisas foi motivada por duas razões: a primeira, por possibilitar a apreensão das projeções mentais de maneira descontraída e espontânea, revelando inclusive os conteúdos implícitos ou latentes que podem ser mascarados nas produções discursivas; a segunda, pelo fato de se obter o conteúdo semântico de forma rápida e objetiva, reduzindo as dificuldades e os limites das expressões discursivas convencionais [...] (OLIVEIRA et al, 2005, p. 574).

Este teste diferencia-se de outras técnicas de coleta de dados e os complementa como no nosso caso a entrevista e o questionário que utilizamos no nosso estudo, com o intuito de obter maiores informações das participantes envolvidas na pesquisa.

O teste evocativo permitiu que atendêssemos ao objetivo geral que foi verificar como os pedagogos que atuam na Educação Infantil, na cidade de São José de Piranhas compreendem o preconceito étnico-racial. Assim, foram coletadas informações espontaneamente das participantes, corroborando com os estudos de Oliveira et al (2005), quando se reportam ao TALP e falam da rapidez e espontaneidade das respostas revelando uma realidade existente no grupo ou já formada na mente das pessoas, em suas lembranças.

Logo após, aplicamos a entrevista semiestruturada, composta de oito questões, que permitiu que as entrevistadas respondessem as perguntas com base em suas concepções a cerca do tema abordado, possibilitando que alcançássemos nossos objetivos específicos: Identificar as práticas pedagógicas adotadas pelo professor para trabalhar o preconceito étnico-racial na Educação Infantil; Conhecer os elementos formativos adquiridos pelos professores para trabalhar com o étnico-racial na Educação Infantil.

Os dados foram analisados através da análise de conteúdos proposto por Bauer (2010). Para este autor, existem duas dimensões que podem ser usadas como procedimento de análise: a sintática e a semântica. Utilizamos a segunda por permitir que sejam apreendidos sinais e sentidos conotativos e denotativos no estudo.

## **2.1. Perfil sociodemográfico das entrevistadas**

As participantes desta pesquisa são quatro professoras/pedagogas da Educação Infantil da rede pública municipal da cidade de São José de Piranhas – PB, com faixa etária entre 36 e 49 anos. Todas são casadas. Três delas são evangélicas e uma é católica. As quatro são efetivas do município. O tempo de atuação no magistério varia entre 15 e 28 anos, sendo que especificamente o tempo de atuação na Educação Infantil está entre 2 e 16 anos. Três delas cursaram Pedagogia em Faculdades particulares e uma na Universidade Federal de Campina Grande, no Centro de Formação de Professores (UFCG/CFP) entre os anos de 2005 e 2007; das quatro, três tem especialização em psicopedagogia.

Quanto à renda salarial, as entrevistadas recebem entre um e três salários mínimos vigentes (R\$ 937,00); três delas não possuem outra renda e uma é professora da EJA em outra escola também do município de São José de Piranhas – PB.

Perguntamos caso não fossem professoras da Educação Infantil qual profissão gostariam de exercer e por quê? Duas responderam que não se veem em outra profissão que não seja a de professora, quanto às outras duas, uma disse que seria cozinheira, porque gosta de cozinhar e a outra disse que se não fosse professora seria artesã, pois gosta de trabalhar com coisas artesanais.

## **2.2 *Preconceito étnico-racial é...***

Com o intuito de apreender o nosso objeto de estudo junto as participantes envolvidas na pesquisa, realizamos o TALP, já descrito anteriormente, com as quatro professoras/pedagogas, perguntando o que lhes vem à mente quando ouvem a expressão “*preconceito étnico-racial*”.

Solicitamos que escrevessem seis palavras que surgissem em suas mentes ao escutar a expressão citada; deixamos os espaços para que colocassem as seis palavras e logo após sugerimos que as enumerassem por

ordem crescente de importância, em seguida justificassem a que elegeu como primeira mais relevante.

Categorizamos todas as palavras evocadas em dimensões, quais foram: *dimensão ética* (20), *política* (2), *afetiva* (1) e *a dimensão cognitiva* (1) e destacamos as que receberam a indicação da mais importante. O resultado está no Quadro 1. Na sequência fizemos a análise dos dados coletados.

Quadro 1- Estrutura da compreensão sobre preconceito étnico-racial elaborado por professoras/pedagogas da cidade de São José de Piranhas - PB

EXPRESSÃO	DIMENSÃO	EVOCAÇÃO	QUANTIDADE
<b>PRECONCEITO ÉTNICO-RACIAL</b>	DIMENSÃO ÉTICA	Desigualdade	02
		Injustiça	02
		Racismo*	02
		Arrogância	01
		Conflito	01
		Desrespeito	01
		Egoísmo	01
		Exclusão	01
		Humilhação	01
		Intolerância*	01
		Julgamento	01
		Preconceito*	01
		Prepotência	01
		Ruim	01
		Superioridade	01
		Vergonha	01
	Violência	01	
	<b>Subtotal</b>		<b>20</b>
	DIMENSÃO POLÍTICA	Negro*	02
	<b>Subtotal</b>		<b>02</b>
	DIMENSÃO AFETIVA	Raiva	01
	<b>Subtotal</b>		<b>01</b>
	DIMENSÃO COGNITIVA	Ignorância	01
	<b>Subtotal</b>		<b>01</b>
<b>TOTAL</b>		<b>24</b>	

Fonte: Dados coletados durante a pesquisa no período de 26 a 28 de Junho de 2017.

\*palavras indicadas como mais importantes.

O TALP nos permitiu fazer uma análise das palavras mencionadas pelas entrevistadas, dialogar com autores que embasam o referencial teórico, destacando as que julgaram e justificaram mais importantes e que para elas representa “*preconceito étnico-racial*”.

### ✓ **Dimensão ética**

Dentre as vinte e quatro palavras citadas pelas entrevistadas, tivemos 20 que se adequaram à **dimensão ética**. Interpretamos que todas associavam a expressão “*preconceito étnico-racial*” a falta de princípios, respeito, valores e regras da nossa sociedade. Três entrevistadas colocaram como mais importantes às palavras em que o preconceito fere os princípios éticos: *racismo, intolerância e preconceito*.

A professora Aurora atribuiu entre as seis palavras elencadas por ela, “intolerância” como a mais importante e justificou dizendo:

[Intolerância] *A pessoa preconceituosa ela se torna intolerante ao que se refere à raça, gerando até mesmo, um desconforto nas relações entre as pessoas e violência. (Aurora)*

Chama-nos atenção a resposta de Aurora, pois para ela o *preconceito*, como uma forma precipitada de julgar ou de não aceitar o outro, se assemelha ao termo *intolerância* e ambos podem gerar o racismo que é a não aceitação de outras raças julgando-se superior a elas, provocando mal estar e violência nas relações interpessoais.

No que se refere à violência, Bento nos explica que:

[...] a violência racista é exercida, antes de mais nada, pela impiedosa tendência a destruir a identidade da pessoa negra que, por meio da internalização de um ideal branco, é obrigada a formular para si um projeto de identificação incompatível com as propriedades biológicas de seu corpo (2012, p. 112).

Essa violência a qual denominamos de violência simbólica, faz com que suas vítimas neguem a si próprias e busquem uma identidade que não é sua.

As pessoas que se negam, rejeitam sua própria identidade em busca de uma identidade socialmente aceita, uma vez que afirmar a identidade negra nesse sistema de supremacia branca faz com que soframos duros ataques, por meio das mais diversas formas de genocídio.

Seguindo a entrevista Lua, que enumerou em primeiro lugar a palavra “racismo” como a mais relevante quando se fala em “*preconceito étnico-racial*” e justificou a escolha dizendo:

[racismo] *Porque as pessoas fazem diferença com relação à cor de pele, mas isso não faz diferença no que a pessoa é.* (Lua).

A entrevistada escolheu a palavra *racismo* e fez referência a cor de pele. Porém racismo não é apenas tratar as pessoas diferentes por causa da tonalidade de sua pele, o racismo hierarquiza as raças considerando umas melhores que as outras; umas com direitos e outras sem direito algum. O racismo é cruel e abrange características físicas, sociais, político e econômicas. Nessa perspectiva Rosemberg afirma que:

[...] No plano simbólico, o racismo opera ainda via expressão aberta, latente ou velada, de preconceito racial considerando o grupo social negro como inferior ao branco. Esse plano do racismo é devastador, mas insuficiente para explicar toda a desigualdade racial brasileira. No plano material, negros (e indígenas), em seu conjunto, não têm acesso aos mesmos recursos públicos que brancos, recursos sustentados por políticas públicas. Isso se deve à história da colonização e escravidão e às condições atuais de repartição dos bens públicos (ROSEMBERG, 2012, p.31).

Quando Lua justifica o *racismo* de forma reducionista do que ele realmente é, nas dimensões negativas em que opera na sociedade e conseqüentemente na escola, nos faz pensar como será a prática dessa professora diante determinada situação de preconceito? E nos faz refletir e relacionar com as palavras de Duarte sobre o modo como as crianças da Educação Infantil aparecem no imaginário social e educacional das professoras, pois, para a autora,

[...] mesmo sem perceber, a escola oferece às crianças negras e às brancas oportunidades diferentes e desiguais de desenvolvimento social, cognitivo e educacional. As professoras conferem às crianças negras a incerteza de sua aceitação e uma autorreferência negativa [...] (DUARTE, 2012, p.145).

A seguir, analisaremos a evocação que a entrevistada Margarida, apontou como sendo a mais importante segundo o estímulo “*preconceito étnico-racial*”. A mesma evocou a palavra “preconceito” e a sua justificativa foi:

[preconceito] *Porque o preconceito reflete superioridade, pois um se acha melhor do que o outro (Margarida).*

Não fica muito claro o porquê Margarida diz que ao escutar o termo “preconceito étnico-racial” lembra-se de preconceito. A redundância nos faz levantar a hipótese de que ou lhe falta conhecimento sobre o assunto ou explicita o desejo de referir-se ao racismo, que é o que se aproxima da sua justificativa: “[...] *superioridade, pois um se acha melhor do que o outro*”. A esse respeito Bento fala sobre o uso dos conceitos comumente utilizados pelos pesquisadores na temática e a aplicação deles por professores.

Conceitos como discriminação, preconceito e racismo são usualmente empregados por diferentes pesquisadores para qualificar a interação inter-racial na educação infantil, fato este que não nos exime, antes pelo contrário, de problematizar a aplicação daqueles conceitos na caracterização do comportamento de crianças pequenas (BENTO, 2012, p.7).

Nessa perspectiva, citarei Trinidad com o resultado de um estudo realizado com crianças na faixa etária entre 4 e 5 anos em uma escola de Educação Infantil situada na zona oeste da cidade de São Paulo, que revelam os conceitos de raça e racismo que uma professora da referida escola tem, pois ela diz que,

Quando nos reportamos à temática racial, podemos inferir que é de acordo com as representações sociais que a professora possui das crianças negras – produzidas pelo modo como os conceitos de raça e racismo foram sendo constituídos e legitimados na e pela sociedade, delimitando o significado de ser negro – que ela se relacionará com elas e ao mesmo passo abordará a temática, se assim o fizer (TRINIDAD, 2012, p.143-144).

Sobre os conceitos de racismo e raças, Teles exorta que

Compreendemos racismo como a crença na existência de raças humanas naturalmente hierarquizadas. Tal hierarquia delimita as distâncias sociais e impõe um sistema rígido na sociedade brasileira. O conceito envolve diferenciação e inferiorização tanto racial como cultural (TELES, 2010, p.45-46).

Faz-se necessário, segundo os autores acima citados, dominarmos o entendimento da dimensão ética e política, para combater ou atenuar o preconceito étnico-racial no ambiente escolar. Sendo assim, é indispensável que haja mudanças nas ações éticas, pedagógicas, políticas e culturais, e estas não se limitam aos muros da escola.

Uma vez que a transmissão preconceituosa de raças hierarquizadas são passadas de geração em geração, violando os valores éticos, com conceitos e preconceitos que estigmatizam e distorcem o negro. E infelizmente ainda impera no nosso país, norteiam o imaginário da nossa sociedade e dos que fazem a escola carecendo, portanto, dentre outras intervenções a de proporções éticas, políticas, cognitivas e afetivas.

#### ✓ ***Dimensão política***

A entrevistada Ritinha enumerou como a mais importante a palavra “negro” e justificou dizendo o seguinte:

[negro] *Porque o termo preconceito racial é logo relacionado à raça negra.* (Ritinha)

Ritinha relaciona rapidamente preconceito racial à raça negra e isso é comum, pois na maioria dos textos que abordam o tema preconceito étnico-racial se estuda as discriminações e preconceitos sofridos pelos negros. Embora saibamos que a nossa sociedade é formada por diversos grupos étnico-raciais, acreditamos que os que sofrem mais preconceitos ou discriminação, são os negros, talvez por ser esta categoria com mais visibilidade no dia a dia, no senso comum.

Gonçalves e Silva faz uma ressalva sobre esse estudo separado da nossa diversidade étnico-racial.

[...] No Brasil, temos de tratar juntos indígenas, afrodescendentes, descendentes de europeus e de asiáticos, sem medo das tensões, abertos a nossa diversidade, sem querer ninguém ser o melhor, o superior (GONÇALVES; SILVA, 2007, p. 502).

A dimensão política da palavra, negro, tem proporções maiores, uma vez que, ser negro, identificar-se como negro, vai além do estético. Nos casos dos negros, o estético está essencialmente ligado ao político e é expresso por Santos em sua monografia sobre o título “Literatura Infantil e a Identidade da Criança Negra: Construção ou Negação”?

É salutar esclarecer, ainda que utilizo o termo ‘negro’ por uma questão de perspectiva política, indo ao encontro do que preconiza a posição crítica dos Movimentos Negros contemporâneos, na medida em que objetivam a ressignificação do negro no âmbito social (SANTOS, 2010, P.16).

A compreensão do negro que opera na nossa sociedade, de um modo geral, suplica uma superação política, cultural e social que atribui características étnicas inferiorizadas socialmente. Essas atribuições negativas limitam o sentido do que é ser negro. Ser negro no sentido político é um estado físico, estético e mental, por isso, talvez poucos se declarem negros, pois se apegam apenas aos traços fenotípicos, estereotipado e culturalmente desvalorizado.

#### ✓ ***Dimensão afetiva***

Nesta dimensão incluímos a única palavra, mesmo não indicada em primeiro lugar, com sentido e significado afetivo: “raiva”. Pesquisando o seu significado no Dicionário, encontramos entre elas: ira, ódio, aversão, cólera, rancor, repulsa, entre outros de ordem biológica. Teles fala das condições necessárias para exercer com sucesso a diversidade racial em sala de aula,

investindo na afetividade positiva entre professores e alunos, para que se evitem ações em que a afetividade negativa, como a raiva, esteja presente..

Qualquer que sejam as ações - políticas públicas, institucionais e pedagógicas - que visem ao combate ao racismo, o reconhecimento e valorização, da identidade, da cultura, e da história dos negros brasileiros, seu êxito depende necessariamente de condições físicas, materiais, intelectuais e afetivas favoráveis para o ensino e a para as aprendizagens (TELES, 2010 p.43).

### ✓ **Dimensão cognitiva**

Nesta dimensão encontra-se a palavra: *Ignorância*. Embora não tenha sido elencada como mais importante, por isso não justificada pela entrevistada, categorizamos na dimensão cognitiva, por interpretar que esse tipo de preconceito está presente em pessoas que desconhecem a verdade sobre os negros, que repetem o que foi construído historicamente de forma negativa, e por não saberem que, por exemplo, a religião, a música, a alimentação, a dança e a linguagem, tão presentes na nossa sociedade, receberam influências afrodescendentes. A esse respeito Bento, (2012, p.9) diz que: “O desprezo e a ignorância acerca do mundo negro fizeram com que o europeu desfigurasse completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais.”

A falta de saber do que é, e do que sempre foram os negros, a ignorância sobre sua cultura e suas potencialidades, foram ocultadas em âmbito mundial e construídas de forma distorcida e negativa. Os estudos sobre os negros apresentados nos livros didáticos sempre revelaram dor e sofrimento para esse grupo, assim como os meios de comunicação sempre excluiu os negros, conforme afirma Feitosa, (2012, p.190), “[...] as crianças desde que nascem consomem a cultura branca eurocêntrica nos livros didáticos, na literatura, nos brinquedos e em tudo o que vivenciam [...]”.

## **2.3 Preconceito étnico-racial na Educação Infantil: a entrevista**

Com objetivo de verificar como as professoras/pedagogas que participaram da nossa pesquisa compreendem o preconceito étnico-racial na

Educação Infantil, seguimos com a análise e discussão dos dados da entrevista semiestruturada, composta por oito perguntas conforme já mencionamos anteriormente.

A primeira pergunta: “Você já presenciou alguma cena entre crianças aqui na escola que se constituía de preconceito étnico-racial? Se positivo, relate.” Três participantes responderam que não, elas não presenciaram cenas de preconceito entres as crianças. Apenas uma disse que sim e relatou dizendo:

*Tem uma aluna branca que não quer pegar na mão da colega que é negra nas brincadeiras de roda ou qualquer outra que precise pegar na mão. É impressionante como uma criança tão pequenina é tão racista! (Margarida)*

Após leituras e reflexões sobre preconceito étnico-racial e analisando a resposta das três professoras que disseram nunca terem presenciado uma cena de preconceito racial em sala de aula, pudemos supor, baseadas em Santos (2010) que talvez elas possam estar inseridas entre aquelas que não veem ou não querem ver a realidade que exclui diariamente as crianças negras desde o princípio da vida escolar. Nesse sentido, Santos nos diz que:

[...] o currículo que não leva em consideração os diversos problemas que envolvem as questões raciais, desde o racismo na escola até a própria presença em massa do negro nas escolas públicas; [...] a própria escola, seja através dos professores e da gestão, mesmo depois da implementação da Lei 10.639/2003 não tem demonstrado preocupação com tais questões, é como se estas não existissem (SANTOS, 2010, p.57).

Conforme falamos anteriormente, o preconceito étnico-racial no país é cruel, porém não é comum virmos alguém se declarar preconceituoso, mas as ações e até mesmo as omissões reveladas tanto na sociedade quanto no ambiente escolar, apresentam práticas racistas reproduzidas diariamente. A exemplo disso temos o relato de Margarida, que disse ter havido cena de racismo entre duas de suas. No entanto, ela demonstrou espanto e admiração ao dizer que não esperava isso, pelo fato, da criança ser tão pequena e apresentar comportamento racista.

Se crianças tão pequenas demonstram ações de preconceito e discriminação é porque aprenderam com alguém, logo podemos entender que nessa fase é fundamental trabalharmos a diversidade racial entre os povos e utilizar a educação como um processo de formação para impedir que estigmas negativos sejam reproduzidos na primeira etapa da Educação Básica. Conforme Teles, (2010), é decisivo trabalhar essa temática

Na educação infantil, momento em que as crianças começam a se diferenciar do outro, a reconhecer suas características e potencialidades, e que essas podem ou não serem potencialidades, dependendo dos recursos afetivos e sociais que lhe são oferecidos, a representação que as professoras possuem das crianças irá influenciar decisivamente tanto na qualidade da relação afetiva e pedagógica estabelecida entre elas quanto no desenvolvimento de sua identidade positiva e na credibilidade do seu potencial [...] (TELES, 2010, p.71).

A segunda pergunta indagou sobre a possível ocorrência de preconceito entre os adultos da escola e as crianças: “E entre algum adulto com criança aqui na escola? Se positivo, relate.” Todas as pesquisadas disseram que não, que nunca presenciaram nenhuma cena de preconceito entre adultos e crianças e também não comentaram.

Na terceira questão: “Você utiliza alguma estratégia para trabalhar a questão do preconceito étnico-racial com as crianças? Comente.”

Para esta pergunta tivemos apenas a resposta da professora Lua que argumentou dizendo:

*Somente quando a coordenadora entrega algo sobre o assunto, pois não vejo necessidade de trabalhar essa temática na educação infantil. (Lua)*

Como podemos ver a professora Lua respondeu no TALP que se lembra de *racismo* e de *raiva* quando escuta a expressão *preconceito étnico-racial*, para a qual inferimos ou falta de conhecimento, ou por não conseguir identificar corretamente em seu cotidiano o que é o *racismo*, e confirma isso com a resposta anterior quando diz somente tratar à temática quando a coordenadora lhe apresenta algo para trabalhar em sua sala de aula, e ainda afirma não achar necessário. Acreditamos que ela não trabalha a temática, como também

não considera a criança como um ser social dotada de direitos assegurados por Lei. Diante disso, a autora afirma

Provavelmente, uma das implicações mais importantes da perspectiva da identidade racial para a prática educacional é que os professores precisam entender seus próprios níveis de desenvolvimento de identidade racial para poderem mudar as percepções e expectativas que possuem em relação às crianças brancas e em relação às crianças negras, e auxiliar na mudança do quadro de discriminação e desigualdade que constatamos hoje (BENTO, 2012, p.115).

As entrevistadas Ritinha e Margarida responderam que ambas trabalham a temática racial na “semana da consciência negra” no mês de Novembro e disseram também que sempre que necessário tem conversas e diálogos com as crianças, mostrando que todas têm os mesmos direitos e valores e merecem ser tratadas iguais. Embora saibamos que o diálogo é sempre fundamental, porém não é o bastante, pois algumas ações de professores sem preparo profissional acentuam a discriminação mais do que ajudam a erradicá-la.

Defendemos que esse assunto não deveria ser tratado em um único momento, que no caso das professoras acima relatam trabalhar apenas do dia da consciência negra que é comemorada nacionalmente no dia 20 de novembro. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana reafirmam a necessidade de:

[...] insistir e investir para que os professores, além de sólida formação na área específica de atuação, recebam formação que os capacite não só a compreender a importância das questões relacionadas à diversidade étnico-raciais, mas a lidar positivamente com elas e, sobretudo criar estratégias pedagógicas que possam auxiliar a reeducá-las (BRASIL, 2004, p.17).

Confirmando a análise a professora Aurora nos deu a seguinte resposta com relação à terceira pergunta:

*A estratégia que utilizo para trabalhar é através de músicas infantis que todas as pessoas são iguais. Que a cor da pele não interfere no caráter da pessoa. (Aurora)*

Aurora revela uma prática pedagógica inovadora, com músicas infantis, pois o preconceito racial às vezes é ocasionado, como já falamos anteriormente, por palavras e ações, mas ele também é reforçado por imagens ou a falta de imagens, que no caso dos negros, não é muito comum ver situações na sala de aula que falem de sua cultura ou que fomente a diversidade. Segundo Santos,

A literatura ('não aquela que insiste em estereotipar o negro, mas aquela que tem surgido evidentemente, com o objetivo de mudar esse contexto de preconceito e discriminação') é uma das possibilidades que temos de manter viva a história, os conhecimentos e o legado deixado pelo povo africano para a sociedade brasileira (SANTOS, 2010, p.13).

Na quarta pergunta fizemos o seguinte questionamento: "Quando você cursou Pedagogia estudou sobre preconceito étnico-racial"? Se positivo, comente em qual disciplina e em que ela contribuiu na sua formação. Todas elas responderam que "não" e afirmaram não ter visto a temática em nenhuma disciplina no curso de formação.

Talvez seja esse o motivo de não abordarem a temática em sala de aula, de uma forma mais objetiva, pois, a falta de formação para a diversidade é um dos obstáculos encontrados na Educação, uma vez que, somos iguais em direitos e deveres, porém somos diferentes em sexo, cor de pele, etnia, situação econômica, orientação sexual. Enfim os projetos educativos devem ter como proposta pedagógica respeitar, acolher e trabalhar a diversidade.

Discutindo sobre essa busca por mudanças na prática docente, Duarte fala sobre as possíveis concepções que professores da Educação Infantil estão disseminando sobre a temática racial,

[...] poderíamos compreender quais mecanismos os professores acionam ao abordar a temática, quais valores estão presentes, quais concepções acerca da temática estão disseminando e mesmo o que os tem influenciado, sejam os cursos de formação inicial, continuada,

específicos sobre o tema, às políticas públicas, as pressões dos movimentos negros, dentre outros (DUARTE, 2012, p.147).

A quinta pergunta: “Você já participou de alguma formação sobre preconceito étnico racial? Se positivo, quando e como foi a experiência?”. As quatro professoras responderam que na semana que antecede o “Dia da Consciência Negra” a coordenadora da escola traz um projeto sobre o tema e se reúnem para discutir como irão trabalhar o assunto nessa semana que o projeto será realizado. A professora Aurora, porém, completou sua resposta dizendo que participou de um curso oferecido pelo município intitulado “A cor da Cultura” que falava sobre preconceito racial. Nenhuma delas contou como foi a experiência.

A sexta pergunta foi a seguinte: “Você conhece a Lei 10. 639/2003? Consegue aplicá-la na Educação Infantil? Comente”.

Margarida e Ritinha disseram desconhecer a Lei e Lua respondeu:

*A coordenadora levou a lei para a escola, para aplicarmos no mês de novembro, porém não entendo muito sobre ela. (Lua)*

Essas respostas traduzem uma realidade comum na Educação do nosso país, uma vez que, embora exista uma Lei que estabeleça as diretrizes e bases da educação nacional, para que inclua no currículo de toda a rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da “História e Cultura Africana e Afrobrasileira”, Lei 10.639 de 2003, algumas professoras desconhecem essa Lei que traz o seguinte texto no seu Art.26-A, “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.” Embora não trate especificamente sobre a sua obrigatoriedade na Educação Infantil, sabemos que esta etapa de ensino contribui com a construção da identidade da criança, sendo, portanto, fundamental a inclusão da discussão deste conteúdo para o desenvolvimento da criança. O parágrafo primeiro desse mesmo artigo complementa:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da

sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil (Lei 10.639/2003).

Continuando com a pergunta, a professora Aurora nos deu a seguinte resposta:

*Conheço, mas é aplicada não como deveria ser, pois o próprio sistema de ensino coloca vários conteúdos que a cultura Afrodescendente fica para o mês de novembro, “Dia da Consciência Negra”.* (Aurora)

Essa professora foi a única que disse conhecer a Lei e ainda fez uma crítica a forma de como é aplicada. Muito animador ver a compreensão que ela tem sobre como é trabalhado o preconceito étnico-racial no nosso sistema de ensino, como se tivesse um único dia para respeitar os negros, para falar de sua cultura e da importância deles para o nosso país.

Continuando com as questões, enfatizamos na sétima pergunta: “Quantas crianças têm em sua sala de aula? Quantas você considera negras?”. As professoras responderam: Aurora disse que em sua sala tem 11 crianças e não tem nenhuma que ela considera negra; Margarida falou que em sua sala tem 22 crianças, uma é considerada negra; a professora Lua disse que tinha um total de 15 crianças, duas negras, um menino e uma menina. A professora Ritinha respondeu o seguinte:

*“Tenho 27 alunos na creche, tem um que é moreninho”* (Ritinha)

De acordo com Ribeiro, o termo “moreno” é utilizado para se afastar do povo preto/negro e se aproximar do povo branco e afirma que “[...] O (a) moreno (a) dificulta a visualização e explicitação do racismo à brasileira”. (DAMATTA, 1987, p. 62 apud RIBEIRO, 2010, p. 69). Assim,

O(a) moreno(a) parece evidenciar um esforço semântico com base na qual se expressa um processo identitário que é usado e significado como próximo do negro e distante do branco, descartando a autoidentificação negro e preto e, ao mesmo tempo, distanciando-se da autoidentificação branco. [...] Isso posto, parece que o processo de embranquecimento ou branqueamento por meio do uso de moreno(a) dos alunos e alunas, que é elaborado dentro de um gradiente que

gira em torno do polo preto/negro, pode ser interpretado de maneira parcial. Há branqueamento, mas ele se dá através da eliminação da ideia de negritude (RIBEIRO, 2010, p. 72).

Feitosa traz ainda, com relação à utilização do termo moreno, tanto pelas crianças quanto pelas professoras,

[...] as crianças aprendem no interior da sala de aula, portanto, a se autodenominarem como morenos ao invés de utilizarem o termo negro. Indicando que existe a possibilidade de a professora compartilhar com as crianças negras representações negativas do segmento negro a partir de termos equivocados ou carregados de sentidos outros que não contribuem com a valorização da história e cultura negra (FEITOSA, 2012, p.94),

Ela fala sobre o ideal de branqueamento, uma vez que as crianças negras passíveis de preconceito em vários espaços sociais idealizam ser brancas, mas, na impossibilidade desse objetivo, conforma-se em ser morenas, como uma nomenclatura menos carregada de estereótipos e preconceitos. Percebemos que essa professora, que participou da tese de mestrado da autora acima citada, também aparenta compartilhar dos mesmos conceitos e representações negativas a respeito dos negros.

A professora Ritinha afirmou ter um aluno moreninho. É considerado que possivelmente ela tenha utilizado o termo moreninho para não chamá-lo de negro. Feitosa ainda evidencia,

[...] que o termo moreno é socialmente mais aceito e que as crianças acreditam que chamar um amigo de negro é incorreto, dado todos os significados negativos atribuídos às palavras que se referem à condição racial da pessoa negra. Veremos na última etapa que muitas crianças vão optar por declarar-se através dos termos socialmente aceitos como marrom, moreno, etc.[...] (FEITOSA, 2012, P.187).

Temos, portanto, um total de 75 alunos na sala das quatro professoras, três deles foram considerados negros e um “moreninho”. Podemos refletir nas suas respostas dialogando com Teles que

[...] as práticas são impulsionadas por representações sociais que os professores possuem das crianças negras. Essas produzem uma realidade, uma teoria do senso comum entendida como verdade e que condiciona nossas ações, num ciclo constante que vai elaborando outras representações. Quando nos reportamos à temática racial, podemos entender que é de acordo com as representações sociais que o professor possui das crianças negras – produzidas pelo modo como os conceitos de raça e racismo foram sendo constituídos e legitimados na e pela sociedade, delimitando o significado de ser negro – ele se relacionará com eles (TELES, 2012, p.65).

Vimos na maioria dos cursos de formação sobre a importância da teoria e a prática, sem dúvida uma só funciona aliada a outra, sendo assim a teoria ou a falta dela no que diz respeito ao tema preconceito étnico-racial faz com que a prática dos professores reproduza a construção negativa do negro, elaborada ao longo da história, e a negação de sua identidade pelas próprias crianças negras na Educação Infantil. Essa reprodução negativa das desigualdades é expressa também nos números, na nossa pesquisa entre 75 alunos das quatro professoras apenas três são considerados negros. Em pesquisa nacional estes dados não são diferentes,

[...] ao analisar os dados que apontam as desigualdades entre brancos e negros na educação, constata-se a necessidade de políticas específicas que revertam o atual quadro. Os números são ilustrativos dessa situação. Vejamos: pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem nessa situação (BRASIL, 2004, p.7-8).

Aplicando a última pergunta: “Quais os momentos em que você trabalha com temas relacionados ao preconceito étnico-racial?”. As professoras Aurora, Lua e Ritinha reiteraram respostas anteriores afirmando trabalhar somente no mês de novembro. Confirmando nossas pesquisas e estudos de que o tema não está no currículo, nem nas suas práticas pedagógicas.

Nesse sentido Cavalleiro (2000) e Pereira (1987 apud TELES, 2012, p.11), notam que, “Quanto à representatividade dos negros na escola, esses somente eram lembrados, só saíam dos ‘porões’ em datas pontuais, tais como abolição da escravidão e no dia de consciência negra. [...]”. Assim, as práticas pedagógicas das professoras demonstram a falta de conhecimento e reflexão da importância da cultura negra e da contribuição para nossa sociedade.

Um dia só é pouco para falar em respeito e diversidade de um grupo historicamente ignorado e excluído. Embora mantenhamos uma ideia constitucional de igualdade e respeito às diferenças, o espaço escolar revela a realidade de preconceito e discriminação étnico-racial, presente desde sempre em nossa sociedade. Considerando que os pilares da nossa educação nunca foram um direito de todos e que a garantia de acesso não significa garantia de permanência, por isso existe um número ainda insuficiente de alunos negros nos níveis educacionais, como na Educação Infantil, em toda a Educação Básica e também no Ensino Superior.

A professora Margarida foi a única que disse presenciar cena de preconceito entre seus alunos, também foi a única que disse utilizar métodos não apenas no dia 20 de novembro, mesmo que não tenha feito nenhum curso de formação específico sobre as questões étnico-raciais.

*Eu trabalho o tema preconceito em vários momentos, nas brincadeiras quando surgem as intrigas, como a aluna branca que não quis pegar na mão da coleguinha, porque disse que ela era preta, aí eu aproveito a oportunidade e falo que somos todos iguais e temos que respeitar. Pois embora não trabalhemos o ano todo, como no mês de novembro, na semana da consciência negra no ano passado eu coloquei minha aluna que é negra pra ser a princesa, foi tão importante para que todos vissem a importância de ser tratados iguais. (Margarida)*

Analisando a fala da professora percebemos alguns pontos positivos e outros negativos: os positivos são coragem, respeito e a flexibilidade em seu currículo. Ela demonstrou coragem em trabalhar com a temática que não foi estudada em seu curso de formação, que não houve nenhuma formação continuada e embora saibamos, algumas vezes a falta de

conhecimentos específicos reforça os preconceitos e a omissão sequer faz com que ele seja percebido.

O segundo ponto, o respeito para com os outros é fundamental para que ideias de preconceito e racismo não virem casos de discriminação, uma vez que, quem respeita o outro, de verdade, não se acha superior a ele, pois o respeito como um substantivo masculino que significa apreço e consideração, impede a discriminação para com os outros, seja qual for sua etnia, orientação sexual, enfim falar de valores como o respeito já na Educação Infantil é algo grandioso.

Por fim, o último ponto positivo encontrado na fala da professora foi a flexibilidade no currículo, pois embora o tema abordado não esteja no currículo da escola, conforme constatado pelas professoras, ela é a única que faz com que o referido tema seja contemplado, ao seu modo, não ficando silenciado, como se realmente todos fossem iguais.

Os pontos negativos foram: a temática é trabalhada de uma forma mais efetiva apenas no mês de novembro em uma semana, o outro é que a professora espera que ocorra algum caso de preconceito para que se fale no assunto. Lembramos que mesmo nas salas que não tenham crianças negras é obrigatório segundo a Lei 10.639/03, que incluam no currículo oficial de ensino a obrigatoriedade do estudo da História e Cultura africana e afro-brasileira assim como nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais encontramos uma prática escolar que

[...] ainda faltam conhecimentos e instrumentos para lidar com questões de diversidade, de gênero, classe e raça das crianças, fazendo com que a educação continue a legitimar as desigualdades sociais, reproduzindo a história da colonização, da escravidão, sem dedicar-se a uma apreciação histórica da questão racial, assim como da resistência negra (FEITOSA, 2012, p.38).

Mesmo com as conquistas nos movimentos sociais e movimento negro, as conquistas nas nossas legislações, pesquisas que reforçam a necessidade de estudar e refletir sobre esta temática, ainda existem

profundas dificuldades em combater o racismo e o preconceito presentes na nossa escola e na sociedade, como diz o autor

[...] o curso de formação sobre a temática racial - a ser oferecido a todos os profissionais da educação – são ações que devem ser vistas e apontadas como capazes de mudar o diagnóstico da realidade da educação infantil no Brasil, pelo menos no que se refere à qualidade do atendimento destinado às crianças negras e às possibilidades dadas as crianças brancas de não se tornarem adultos preconceituosos (TELES, 2010, p.76).

Assim a formação, seja inicial ou continuada, é essencial para mudanças nas práticas pedagógicas dos (a) professores (a) e para o cumprimento da Lei 10.639/2003 que regulamenta o estudo da História e cultura africana e afrobrasileira fazendo com que o preconceito étnico-racial na Educação Infantil, seja trabalhado, pois, os estudos e reflexões sobre a temática permitem que surjam possibilidades de identificar e intervir positivamente nas práticas pedagógicas inadequadas, amenizando os resultados negativos que poderão representar na formação dos cidadãos brasileiros, independentes de serem brancos ou negros.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos até aqui embora reconhecendo que o trabalho não está concluído, faz-se necessário colocarmos um ponto final, até porque sabemos das nossas limitações e compreendemos que caberá uma análise maior, em situações posteriores, a fim de ampliar a pesquisa do objeto em foco.

Visto que, vivenciamos nos dias atuais, com o avanço das tecnologias, o aumento das possibilidades de ingresso nas diferentes formas e modalidades de Educação, e de participação em cursos, como Ensino à Distância. Com exceção da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que são obrigatórios à presença física, conforme a LDB, Lei 9.394/96. Porém, embora esses avanços tenham ajudado a facilitar o acesso, nosso modelo educacional, ainda caminha a passos lentos no que diz respeito à educação para as relações étnico-raciais, confirmando o modelo educacional racista, elitista e excludente que nunca ofereceu uma educação como um direito de todos.

O que nos negros conquistamos a custa de muitas lutas foi ter direito à educação, com a Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012, a qual em seu Art. 3º garante o preenchimento das vagas ofertadas nas Instituições Federais de Ensino Superior, de candidatos autodeclarados pretos, pardos e indígenas, numa proporção igual ao total de vagas de no mínimo 50% respectivamente entre brancos e negros; a mesma Lei se aplica à pessoas com deficiência.

Não obstante, reconheçamos a importância dessas medidas que buscam reparar as disparidades e a falta de equidade para com os negros do nosso país, ainda é possível verificar que o preconceito étnico-racial contra os negros, é muitas vezes ocultado e camuflado, e que faz com que até hoje algumas pessoas dotadas preconceitos estigmatizados somente conheçam os negros estereotipados nas senzalas, contribuindo, dessa forma, para a exaltação de uma única cultura, e uma única etnia, a eurocêntrica.

Assim a diversidade étnico-racial do nosso país permanece ignorada, mesmo com algumas mudanças alcançadas, ainda se faz necessário mais, para que a diversidade étnico-racial seja respeitada e fortaleça a construção de

identidades, cultural e étnica que rompam com esteriótipos, construídos negativamente, eis um grande desafio a ser conquistado.

Diante disto, e atendendo ao objetivo geral da pesquisa “Verificar como os pedagogos que atuam na Educação Infantil na cidade de São José de Piranhas - PB compreendem o preconceito étnico-racial”, verificamos que das 24 palavras evocadas, a partir do estímulo: *preconceito étnico-racial é...*, 20 foram categorizadas na dimensão ética, com três palavras indicadas em primeiro lugar: *racismo*, *intolerância* e *preconceito*. Duas na dimensão política, uma destacada como mais importante: *negro*; Uma na dimensão cognitiva e uma na dimensão afetiva, porém, sem indicação de importância nestas últimas dimensões.

As evocações destacadas como primeiro lugar, nos indicam que para as professoras/pedagogas desta pesquisa, preconceito étnico-racial, se localiza entre a falta de princípios, respeito, valores e regras da nossa sociedade e que para trabalhar com a diversidade étnico-racial, em especial na Educação Infantil, exige-se que o professor/pedagogo assuma um compromisso ético e político.

A compreensão que elas têm de acordo com nossa pesquisa, nos leva a supor que é distorcida e às vezes contraditória. Negro na visão das pesquisadas é cor de pele, construção feita socialmente de forma negativa. Ser negro vai além da cor da pele, do cabelo, do formato do corpo; é identificar-se como tal, por isso ser negro é uma dimensão política. Ser negro é romper com a lógica do racismo nos seus diferentes aspectos, individual, institucional e cultural, dentre outros.

Ao procurarmos identificar práticas pedagógicas adotadas por professores da Educação Infantil para trabalhar o preconceito étnico-racial na Educação Infantil (objetivo específico) vimos que os professores/pedagogos de São José de Piranhas – PB adotam o projeto específico do dia da consciência negra ou ainda só quando estimulado por alguma ocorrência preconceituosa. Diante do exposto acreditamos que seria importante incluir em suas práticas novas estratégias para trabalhar os conhecimentos da História dos negros, positivando esse grupo racial. Acreditamos que essas estratégias somente

poderão ser incluídas se elas tiverem acesso a uma formação adequada voltada para a diversidade étnico-racial.

Analisando elementos formativos adquiridos pelos professores para trabalhar com o preconceito étnico-racial na Educação Infantil, os resultados apontaram que existe uma deficiência na formação docente. Neste caso, através dos relatos das entrevistadas, os cursos de Pedagogia que frequentaram não ofereceram elementos necessários para uma possível mudança de atitude, ou mesmo conhecimentos sobre a diversidade, desencadeando assim abordar o tema apenas no dia 20 de novembro, como se fosse possível tratar da cultura afro-brasileira, da diversidade étnico-racial, com aspectos negativos de uma sociedade preconceituosa e institucionalmente racista apenas em um único dia, como se só existissem pessoas negras e preconceituosas nesse dia.

Como podemos perceber, dentre as quatro entrevistadas, a professora Aurora foi à única que disse conhecer a Lei 10.639/2003 e ainda fez uma crítica à forma de como ela é aplicada nos espaços educativos. Também vimos que a professora relatou ter participado do curso “a cor da cultura” demonstrando compreensão diferenciada daqueles que não tiveram nenhuma participação em cursos formativos que trabalhem essa temática. Na medida em que ela reconhece haver falhas no próprio sistema de ensino e na forma como ocorre a abordagem da temática na Educação supervalorizando outros conteúdos e determinando um único dia para lembrar-se dos negros, para falar de sua cultura e da importância deles para o nosso país.

É de fundamental importância o reconhecimento de que nem todos possuem as mesmas oportunidades, sejam elas com relação ao gênero, orientação sexual, etnia, raça e classe socioeconômica, no caso dos negros, há ainda mais restrições das dimensões estéticas, éticas, e políticas, que os privam de direitos e oportunidades destinadas aos demais.

Nessa perspectiva de igualdade étnico-racial, esperamos que essa pesquisa contribua para que o professor reveja a forma reducionista de como o negro é apresentado em nossa sociedade e desperte para a utilização de práticas pedagógicas que auxiliem na construção de uma identidade racial que fortaleça as crianças negras.

Reconhecemos que, para tanto, é necessário que ele tenha, enquanto aluno dos cursos de formação de professores que preparem para atuarem na Educação Infantil, desenvolvam aprendizagens, conhecimentos culturais ou científicos sobre a diversidade étnico-racial existente no Brasil. E que embora não tenha estudado no curso de graduação, tenham possibilidades de adquirir, mesmo que reivindicando da secretaria de Educação do seu município, bem como realizando estudos com seus pares na própria escola, adquirindo conhecimentos necessários para o trabalho com as diversidades étnico-racial, de gênero, religiosa, entre outras para que o respeito e o acolhimento às diferenças seja uma prática constante, enquanto compromisso profissional, ético e político.

## REFERÊNCIAS

BENTO, Maria Aparecida Silva. A Identidade Racial em Crianças Pequenas. In: **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil** – Vol. I. Brasília. DF, MEC, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPPIR, 2004.

DIAS, Lucimar Rosa. Formação de Professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres nesse processo. **Revista Brasileira de Educação** v.17, n 51set.dez. 2012.

DUARTE, Carolina de Paula Teles, A Abordagem da Temática Racial na Educação Infantil: O que nos Revela a prática de uma professora. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

FEITOSA, Caroline Felipe Jango. “Aqui tem racismo!”: um estudo das representações sociais e das identidades das crianças negras na escola. Orientador: Ângela Fátima Soligo. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

GOMES, Marineide de Oliveira. **Formação de Professores na Educação Infantil**. – São Paulo: Cortez, 2009.

GONÇALVES E SILVA, Petrolina Beatriz. **Aprender, ensinar e relações étnico- raciais no Brasil**. Porto Alegre, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola**: teoria e prática 6. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Heccus Editora, 304p, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: inquietações e buscas. N.17. p. 153-176. Curitiba: 2001. Editora da UFPR.

OLIVEIRA et al (Org). Análise das evocações livres: uma técnica de análise estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes et al. (Orgs.). **Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005. p. 573 – 603.

ROSEMBERG, Fúlvia. A Criança Pequena e o Direito à Creche no Contexto dos Debates Sobre Infância e Relações Raciais. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

SANTOS, Cristiana Ferreira dos. Literatura infantil e a identidade da criança negra: construção ou negação? /Cristiana Ferreira dos Santos . – Salvador, 2010.73f. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. D<sup>ar</sup>. Maria de Fátima Nolleto. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Graduação) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Colegiado de Pedagogia. Campus I. 2010.

Tardif, Maurice; Raymond, Danielle. Saberes, tempo e aprendizagem do trabalho no magistério. **Educação & Sociedade**, vol. 21, núm. 73, dezembro, 2000, pp. 209-244 Centro de Estudos Educação e Sociedade Campinas, Brasil

TELES, Carolina de Paula. Representações sociais sobre as crianças negras na educação infantil: mudanças e permanências a partir da prática pedagógica de uma professora/ Carolina de Paula Teles; orientação Rosângela Gavioli Prieto. São Paulo: s.n., 2010.171 p.; apêndice. **Dissertação** (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Estado, Sociedade e Educação)- - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

TRINDAD, Cristina Teodoro. Diversidade Étnico-Racial: Por uma prática pedagógica na Educação Infantil. In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.). **Educação Infantil, igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012.

## APÊNDICE A



Universidade Federal  
de Campina Grande



### UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o (a) Sr (a) para participar da pesquisa Preconceito Racial na Educação Infantil, sob a responsabilidade da pesquisadora Ana Alice Ferreira da Silva, e desenvolver uma pesquisa nesta instituição \_\_\_\_\_, na cidade de São José de Piranhas-PB.

Sua participação é voluntária. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa não existem. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o processo educativo. Se depois de consentir em sua participação o Sr (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independentemente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr (a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr (a) poderá entrar em contato com o pesquisador no endereço UAE campus de cajazeiras, pelo telefone (83). 35322088.

Consentimento Pós-Informação

Eu, \_\_\_\_\_, fui informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

\_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do participante

\_\_\_\_\_

Assinatura do Pesquisador Responsável

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE B****QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

Pseudônimo: \_\_\_\_\_

Idade: \_\_\_\_\_

Sexo: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_

Religião: \_\_\_\_\_

Formação: \_\_\_\_\_

Efetivo ( ) Contratada ( )

Graduação: ( ) Sim ( ) Não.Qual?

\_\_\_\_\_

Qual a instituição e o ano de conclusão?

\_\_\_\_\_

Especialização: ( ) Sim ( ) Não.Qual?

\_\_\_\_\_

Mestrado: ( ) Sim ( ) Não.Qual?

\_\_\_\_\_

Doutorado: ( ) Sim ( ) Não.Qual?

\_\_\_\_\_

Tempo de atuação no magistério:

\_\_\_\_\_

Tempo de atuação na Educação Infantil:

\_\_\_\_\_

Qual sua renda salarial?

- ( ) Menos de 1 salário mínimo
- ( ) Entre 1 e 3 salários mínimos
- ( ) Entre 4 e 6 salários mínimos
- ( ) Mais de 7 salários mínimos.

Você tem outra renda salarial? Se sim, em que função?

\_\_\_\_\_

Caso você não fosse professora da Educação Infantil qual a profissão que gostaria de exercer? Por quê?

\_\_\_\_\_

**APÊNDICE C****Teste de Associação Livre de Palavras - TALP**

O que lhe vem à mente quando você ouve a expressão “preconceito étnico-racial”?

( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_  
( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_  
( ) \_\_\_\_\_ ( ) \_\_\_\_\_

Enumere por ordem de importância. Justifique a que você atribuiu o número 1.

---

---

---

---

---

## APÊNDICE D

### Entrevista semiestruturada

1. Você já presenciou alguma cena entre crianças aqui na escola que se constituía de preconceito étnico-racial? Se positivo, relate.
2. E entre algum adulto com criança aqui na escola? Se positivo, relate.
3. Você utiliza alguma estratégia para trabalhar a questão do preconceito étnico-racial com as crianças da educação infantil? Comente.
4. Quando você cursou Pedagogia, você estudou sobre preconceito étnico-racial? Se positivo, comente em qual disciplina e em que ela contribuiu na tua formação.
5. Você já participou de alguma formação sobre preconceito étnico racial? Se positivo, quando e como foi a experiência?
6. Você conhece a Lei 10. 639/2000? Consegue aplicá-la na educação infantil. Comente.
7. Quantas crianças têm em sua sala de aula? Quantas você considera negras?
8. Quais os momentos em que você trabalha com temas relacionados ao preconceito étnico racial?